

ENTREVISTA

Rafael Capurro

Por João Antonio de Moraes

O filósofo uruguaio Rafael Capurro, especialista em Ética Informacional, disserta sobre seu apoio às atividades acadêmicas que se dedicam a análises éticas acerca do impacto das novas tecnologias

Nos últimos anos, as tecnologias digitais têm se tornado parte intrínseca da vida social. Computadores, *notebooks*, *smartphones*, câmeras de vigilância, entre outros artefatos tecnológicos, principalmente aqueles vinculados à internet, têm alterado (e criado) hábitos de ação das pessoas em seu cotidiano. Um dos principais tópicos afetados pela inserção dessas tecnologias na vida dos indivíduos é sua privacidade, conforme vimos com o caso Snowden, em meados de 2013. Nesta edição, a revista **Filosofia Ciência&Vida** conversa com o filósofo uruguaio Rafael Capurro.

A dor e a delícia da Era digital

Professor do Instituto de Filosofia da Universidade de Stuttgart (Alemanha), membro do European Group on Ethics in Science and New Technologies, do Global Ethics Network, do *Globalethics.net*, do Institute of Philosophy and Technology, do Nanoethics Group, do The World Technology Network, o professor doutor Rafael Capurro é um dos principais pensadores do mundo acerca dos impactos da tecnologia nos valores e regras no existir humano, lidando com questões sobre Filosofia e tecnologia também no que diz respeito a preocupações das implicações destas no âmbito global.

IMAGEM DE THOMAS DASHUBER

João Antonio de Moraes é doutorando em Filosofia pela Unicamp. Professor do Departamento de Filosofia da Faculdade João Paulo II (FAJOPA)



ENTREVISTA **Rafael Capurro**





Quando a internet se transformou em uma tecnologia social generalizada, os aspectos éticos do mundo digital começaram a ser cada vez mais relevantes e urgentes

FILOSOFIA • Quais foram os motivos que o levaram a cursar Filosofia? Como seus interesses se voltaram para o estudo de como as tecnologias informacionais têm influenciado os hábitos de ação humanos?

CAPURRO • Minha formação acadêmica tem suas raízes nos jesuítas. Eu fui membro da Companhia de Jesus entre 1963 e 1970. Durante esses anos, estudei humanidades clássicas (grego, latim, História da Arte, retórica, Literatura) na Casa de Estudos Humanísticos em Padre Hurtado (Santiago, Chile) e depois cursei Filosofia no Colégio Máximo (San Miguel, Buenos Aires, Argentina), que era parte da Universidad del Salvador, na qual obtive a licenciatura em Filosofia.

Quando deixei a companhia em 1970, comecei a trabalhar em um centro de documentação científica em Buenos Aires e interessei-me por aspectos técnicos do tratamento da informação para criação de bases de dados bibliográficas utilizando computadores. Essa técnica levou, muito anos depois, à criação da internet. Recebi uma bolsa de dois anos para estudar documentação em um instituto especializado em Frankfurt (Alemanha). Ao mesmo tempo, eu estava em um curso de formação prática em um dos primeiros centros de documentação científica que haviam sido criados no Centro de Investigação de Energia Atômica, situado na cidade de Karlsruhe (Alemanha). Este centro era parte de uma rede internacional coordenada pela Agência Internacional de Energia Atômica (International Atomic Energy Agency – IAEA) em Viena (Áustria).

Por motivos políticos, como o retorno de Juan Domingo Perón na Argentina, em 1973, o que causou problemas no trabalho da agência estatal que tinha me enviado para estudar na Alemanha, e também por motivos particulares, estabeleci-me na Alemanha, trabalhando no centro de documentação de Karlsruhe, onde concluí minha formação prática. Depois de alguns anos, retomei meus estudos de Filosofia para ver a possibilidade de fazer

um doutorado sobre o conceito de informação¹ no Instituto de Filosofia da Universidade de Düsseldorf, onde se estava criando uma base de dado bibliográfica na área de Filosofia.

Após o término do meu doutorado, trabalhei seis anos na área de gerência da informação, como assistente do diretor científico do já mencionado centro de documentação de Karlsruhe (*Fachinformationszentrum Karlsruhe*). Em 1986 participei de um concurso para professor de Ciência da Informação na depois chamada, Universidade dos Meios de Stuttgart (Hochschule der Medien, HdM), onde leciono Ciência da Informação e, em particular, Ética Informacional, desde 2009. Durante os anos de trabalho no centro de documentação de Karlsruhe escrevi um livro sobre “Hermenêutica da informação científica” (*Hermeneutik der Fachinformation*), no qual tentei relacionar a Hermenêutica clássica e a técnica computacional.² Esse livro foi aceito como uma tese de pós-doutorado pelo Instituto de Filosofia da Universidade de Stuttgart, onde lecionei Ética por 14 anos (1989-2004).

Em meados de 1990, quando a internet se transformou em uma tecnologia social generalizada, os aspectos éticos do mundo digital começaram a ser cada vez mais relevantes e urgentes. Isso me levou a criar uma rede social digital, a qual nomeei de Centro Internacional de Ética Informacional (International Center for Information Ethics – ICIE). Esse centro conta, hoje, com cerca de 300 membros, organiza *workshops* e congressos colaborando com universidades particularmente na África do Sul, na América Latina (Brasil, México) e no Extremo Oriente (Japão, China, Coreia). Com o apoio de um colega alemão, o dr. Feliz Weil, CEO de uma companhia de software (Quibiq) em Stuttgart, edito desde 2004 uma revista de livre acesso, a *Revista Internacional de Ética Informacional (International Review of Information Ethics)*³, e coedito duas séries de livros sobre aspectos

¹ <http://www.capurro.de/info.html>

² <http://www.capurro.de/hermeneu.html>

³ <http://www.i-r-i-e.net>



éticos da informação e da comunicação, nas editoras Wilhelm Fink (Munich) e Franz Steiner (Stuttgart), e sou membro de conselhos editoriais de diversas revistas especializadas. Além disso, criei com minha esposa uma fundação (Fundación Capurro Fiek)⁴ que apoia atividades acadêmicas dedicadas a análises éticas do impacto das novas tecnologias, assim como projetos que promovem o uso sustentável e socialmente justo das mesmas.

FILOSOFIA • Sendo um dos principais estudiosos de uma nova área de investigação na Filosofia, a Ética Informacional, você poderia nos dizer um pouco sobre em que consiste essa área e quais seriam seus problemas centrais?

CAPURRO • A tecnologia digital, em geral, e a rede digital que chamamos de internet, em particular, mediando o uso, por exemplo, da telefonia móvel e os *tablets* eletrônicos, assim como a grande quantidade de programas (*apps*) e de formas de comunicação e informação digitais, como são as

⁴ <http://www.capurro-fiek-stiftung.org/>

redes sociais ou *blogs*, têm alterado as possibilidades de interação de milhares de pessoas a nível político, econômico, cultural, industrial e sobretudo, no nível da vida diária.

Toda a sociedade humana se baseia em regras de comportamento implícitas ou explícitas, morais ou legais, que foram se formando ao longo de um processo histórico no qual as relações de poder são reproduzidas, a verdade e o reconhecimento mútuo. Tais regras, normas, princípios e valores condicionam, mas não determinam de forma necessária e permanente, tanto quanto em forma teológica, as identidades individuais e sociais, ou seja, o que chamamos culturas tanto em sua consistência social interna, assim como em sua interação. Mas o caráter global da rede digital demonstra, por outro lado, a necessidade de regras e valores comuns que baseiem seu uso legítimo e de jogo limpo e socialmente justo de forma semelhante, por exemplo, às regras e convenções da aviação ou da marinha. A Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (World Summit on the Information Society) e as





A Ética Informacional não deve ser concebida nem como um substituto de um código de moral, nem como algo que tenha por finalidade o fundamento de um mundo humano idealizado

atividades subsequentes ao período 2003-2005 têm destacado a necessidade e a utilidade desse diálogo, entendido como um espaço comum de reflexão crítica sobre tais regras e valores.

Denomino Ética Informacional o espaço de reflexão cujos objetos são as regras e valores vigentes implícita ou explicitamente nesse meio de interação digital, podendo se entender também que tal termo inclui meios de comunicação não digitais, como tem sido, e segue sendo a comunicação oral e escrita, e particularmente a comunicação impressa. Tanto a definição do referido ao bem comum ou a propriedade privada no que se refere à livre expressão das pessoas e respeito por aquilo que eles não querem que seja comunicado além de um núcleo de pessoas, incluindo a possibilidade de intimidade pessoal, ou seja, todo campo do que diz respeito à diferença entre o público e o privado deve ser objeto de uma reflexão crítica em que você joga, nem mais, nem menos, do que a concepção de liberdade individual e coletiva. Recordemos, nesse sentido, o âmbito da cultura ocidental, a crítica platônica à comunicação escrita ou a luta contra a censura na época da ilustração, assim como as diversas teorias e opções políticas fundamentando ou questionando o sentido e os limites do bem comum ou da propriedade privada.

Essa reflexão tem como horizonte, por um lado, um mundo compartilhado, assim como princípios e valores que foram decantados através dos séculos como regras básicas universais ou universalizáveis de uma vida humana que mereça esse nome. Mas essas regras e valores não são exercidos, por outro lado, em um espaço abstrato, herdeiro das ideias platônicas ou dos princípios absolutos proclamados pelas religiões e seus substitutos seculares, mas em histórias e linguagens contingentes, nas quais se expressam diversas formas de autocompreensão de si mesmo e do mundo, bem como são baseado em interesses de poder, regras vigentes de verdade e credibilidade e opções frente às possibilidades cujas

consequências são, ao menos, imprevisíveis e, em alguns casos, irreversíveis.

Em uma palavra, a Ética Informacional não deve ser concebida, a meu ver, nem como um substituto de um código de moral – nesse caso se estaria confundindo a reflexão com seu objeto –, nem como algo que tenha por finalidade o fundamento de um mundo humano idealizado, livre de contingências históricas e de opções nas quais se jogam as diferenças de identidades culturais e interesses materiais subsequentes à vida social e que sempre tem lugar em uma região do mundo determinada com sua história, seus costumes, suas ambições, seus ideais e suas tragédias.

É por isso que, a meu ver, essa reflexão ética tem um caráter *intercultural*, não apenas no sentido de que se joga através e além das determinações interculturais, ou seja, como uma reflexão *transcultural* ou universal, mas também, e a fim de evitar falsos universalismos e essencialismos, no sentido de uma reflexão que se move e que entram em jogo as contingências e as opções, evitando, por sua vez, que essas opções e contingências se apresentem como algo imutável ou sacrossanto com o qual se imunizam frente a possíveis objeções e opções. Se impediria, assim, uma possível vida comum com suas diferenças, limites e identidades sujeitas tanto a possíveis cânones morais ou legais como a seu questionamento ético e político.

Vejo esse espaço de reflexão ética, que tem como objeto regras e valores em relação às tecnologias digitais, como algo que pertence ao âmbito do estudo acadêmico nas universidades e centros de investigação, e a nível escolar embasando uma pedagogia aberta às realidades e expectativas da geração digital (*digital natives*), e ao campo dos meios e formatos de difusão e formação da opinião pública (televisão, rádio, jornal), que se relacionam de forma cada vez mais intensa com os novos meios e formatos sociais interativos. Além disso, esse espaço pertence ao âmbito de reflexão



e de decisão política com todas suas instituições nacionais e internacionais, assim como a sociedade civil, em especial as atividades acadêmicas e estruturas financeiras e industriais. As crises sociais e financeiras dos últimos anos, cujas consequências seguimos vivendo, local e globalmente, mostram claramente até que ponto as redes digitais e as aplicações da técnica digital em todos os âmbitos da vida social condicionam ambigualmente, ou seja, para o bem ou para o mal, a vida humana, sendo, às vezes, parte da solução e, outras vezes, parte do problema. A maioria das vezes tanto uma como outra coisa.

O fenômeno da ambiguidade é algo profundamente humano, já que concerne a um modo de ser no mundo no qual as coisas e ações humanas podem ser interpretadas de diversas maneiras na dimensão de ter sido, de ser atualmente e de poder ser no futuro. É próprio do existir humano essa abertura espaço-temporal tridimensional que chamamos mundo. O mundo que somos e compartilhamos está sempre relacionado a uma situação de desocultamento e ocultamento, em que as coisas e, em particular, nós mesmos e nossas ações, interpretações e formas de cuidar bem da própria vida, consiste sempre em um cuidado do outro. Esse cuidado pode ser dado sob a forma de proporcionar ao outro algo que ele, em uma determinada situação, não pode realizar por si mesmo ou em forma de respeito a sua liberdade, havendo muitas possibilidades entre esses dois polos.

A reflexão sobre o possível, a diferença do necessário ou do impossível, é o campo original da ética como modo de ser de um ente, nós mesmos, cuja existência não está predeterminada nem por uma essência eterna nem por leis naturais, embora tanto as visões da Metafísica e das religiões, como as leis naturais, pertencem ao jogo da existência. O ser humano se vê confrontado paradoxalmente com a necessidade de fazer sua vida e de se dar razões pautado em regras do jogo e valores que pretendem ser, em alguns casos, permanentes e universais, mas que, embora por boas razões pretendam, têm de ser interpretadas em condições contingentes e, portanto, ambíguas ao que é concebido como um possível bem comum e fundamento de bem-estar individual. Filósofos como Nietzsche, Kierkegaard, Heidegger, Sartre,



As crises dos últimos anos, cujas consequências seguimos vivendo, local e globalmente, mostram até que ponto as redes digitais no âmbito da vida social condicionam ambigualmente, ou seja, para o bem ou para o mal

Foucault ou Levinas têm realçado esse aspecto existencial da vida humana frente às pretensões de pensamento essencialistas na tradição platônica que culminaram na dialética de Hegel ou na fenomenologia de Husserl, e atualmente nas tentativas da tecnologia e em suas reflexões filosóficas, denominadas *transhumanistas*, de reduzir a existência humana e a vida em geral a processos digitais.

Claramente, isso levanta não apenas questões éticas em sentido restrito, ou seja, relacionadas à existência humana em si mesma, mas também em relação a essa existência com o mundo natural. A relação entre existência, artificialidade (digital) e mundo natural é o grande desafio prático e filosófico de nossa época. Se os últimos dois séculos foram marcados pela filosofia da natureza e da história, esse século parece estar para a reflexão sobre a tecnologia digital. Ou, pelo menos, deveria estar! A Filosofia deve se retirar de sua torre de marfim, na qual evita confrontar o que poderíamos chamar de desafio do mundo digital. Em um caso ou em outro, a natureza e história eram antes o que a artificialidade digital é hoje; o que esteve e está em jogo é o sentido e a possibilidade da existência humana, a contingência e, com ela, a liberdade. O que chamamos Ética Informacional, ou também *Ética digital*, é um sintoma desse novo jogo existencial no horizonte do digital e o digitalizável que recém começou, cujas regras e valores ainda estão definindo-se em processos nos quais inter-relacionam, como sempre foi o caso, interesses políticos e econômicos, assim como novas formas de existir individual e comunitária e com elas novas identidades culturais.

FILOSOFIA • Dos tópicos da Ética Informacional, você tocou em dois que julgo centrais para a atualidade: a privacidade e os nativos digitais. Tem sido notícia recorrente na mídia o caso do ex-funcionário terceirizado da Agência Nacional

de Segurança dos Estados Unidos (NSA), Edward Snowden, que divulgou informações sobre esquemas de vigilância que os Estados Unidos teriam em outros países. Sem entrar na finalidade da posse de tais informações, como você vê a questão da privacidade e até mesmo o valor da privacidade após o surgimento das tecnologias informacionais e, principalmente, da internet que, como você diz, “extrapola barreiras físicas, alcançando amplitude global rapidamente”?

CAPURRO • Podemos dizer que o que se apresenta à primeira vista, como é o caso Edward Snowden, é, na verdade, o caso Estados Unidos, e que, em ambos os casos, há uma dimensão mais fundamental, que vou me referir em seguida. O caso Snowden é, em termos éticos, o de um alertador (*whistle blower*) que enfrenta o dilema de ver que algo, em seu entendimento muito sério, funciona moral e legalmente mal na instituição em que trabalha. É algo que, além disso, vai contra sua visão do que é uma vida justa e em consonância com as leis fundamentais de seu país. Sua fidelidade a essas leis e as regras da instituição onde trabalha entram em conflito com uma prática de vigilância e controle social que, a seu entender, minam os fundamentos de uma sociedade livre e democrática, como são o respeito à liberdade individual e à privacidade. Snowden vê ou acredita ver esse conflito em um sistema da magnitude criada pela Agência Nacional de Segurança (NSA), que pretende observar digitalmente não apenas os cidadãos americanos, mas também uma grande quantidade de pessoas a nível mundial, sem que essas pessoas, nem seus próprios governos, aprovassem, e tudo isso aparentemente com as melhores intenções, em especial a da segurança social. O fim da segurança social justificaria a restrição da liberdade e isso em um país que é campeão da defesa das liberdades civis. O caso Snowden demonstra, assim, o caso EUA ou, de um modo mais geral, o caso de democracias que colaboram com esse sistema de controle dos Estados



Unidos, entrando em conflito com suas próprias leis e aproximando-se perigosamente de sistemas de controle de sociedades não democráticas. E aqui já vemos aparecer a dimensão fundamental que mencionava no começo dessa resposta, que é o da complexa e aparente dicotomia das redes digitais. Isso é o que poderíamos chamar, utilizando um famoso termo marxista, de fetichização dos processos digitais, que não apenas se assemelha, mas que está intimamente relacionada à *fetichização* da circulação de capital analisada por Marx, que agora toma a forma de processos digitais financeiros globais.

Estamos passando de “sujeitos do capital” para “sujeitos da informação digital”, e com ela do ca-

pital digitalizado ou da digitalização capitalista. Mas “a quem nos referimos quando falamos de nós mesmos?” e “quem são os novos poderes?” e “quais opções se abrem agora mais adiante aos sistemas de poder e superpoder?” e “quais são esses sistemas?": “apenas os sistemas de controle político com suas possíveis aplicações a nível de informação confidencial econômica, inclusive com países assim chamados amigos?”, “ou se trata também de uma característica dos agentes digitais, desde os maiores até os menores?”. Entre parênteses: o conceito de *privacidade* entendido como liberdade de ocultar-se ou revelar-se de sujeitos contingentes e livres não é idêntico ao de *secreto*, o qual pode referir-se a algo que pertence a uma instituição, um organismo, um estado, uma companhia... e não necessariamente à existência humana. Uma companhia não tem privacidade, mas se quer sobreviver tem de ter segredos, enquanto uma pessoa livre tem de ter privacidade e também segredos relacionados a sua existência. Em relação a essa diferença é importante também não fetichizar as organizações como se fossem sujeitos livres, embora contingentes.

O jogo semântico que nos permite simplificar os fenômenos complexos, por exemplo, o de capital ou o de informação digital, acrescentando a esses termos um “-ismo”, ou seja, de denominá-los como *capitalismo* ou *informacionalismo*, é, na verdade, a expressão da ambiguidade de tais fenômenos. Se reconhecêssemos essa ambiguidade *como tal*, isso nos permitiria começar a pensar como é possível uma vida livre e contingente em contextos cuja complexidade reduzida com “-ismos” semânticos nos convida a, como seus “donos e possuidores”, usar um famoso termo cartesiano que expressa a *hybris* do sujeito moderno e que agora se transforma em um sujeito digital forte, como é o caso da NSA. O caminho da dominação do mundo digital não é menos problemático que o da dominação dos fenômenos naturais, ou dos fluxos do capital. As alternativas têm de ser buscadas, a meu ver, em caminhos que nos permitam resgatar esse bem comum que chamamos liberdade, não mediante estratégias de domínio, mas de um *jogo comum* cujas regras, como no caso da ecologia, estão sendo aplicadas recentemente. Essas regras estão embasadas



O caso Snowden é, em termos éticos, o de um alertador que enfrenta o dilema de ver que algo, em seu entendimento muito sério, funciona moral e legalmente mal

na compreensão de que os jogadores fornecem a liberdade como algo como próprio evitando o fetichismo, ou seja, premiamos um dos jogadores (a rede digital, nesse caso) com a liberdade contingente, que é próprio do outro.

FILOSOFIA • Em relação aos agente nativos, o que podemos perceber é a constituição de novos hábitos de ação gerados a partir da interação, desde o período infantil, com tecnologias informacionais. Poderíamos, ainda, dizer que adolescentes não sabem o que é viver sem um computador por perto, ou um *smartphone*. Algumas noções, como a de amizade, privacidade, trabalho, entre outras, têm sofrido alterações intrínsecas aos indivíduos (agentes nativos). Como você vê tais alterações e para quais caminhos considera que a sociedade estaria indo?

CAPURRO • É por isso que a discussão sobre a privacidade, que é, se a entendemos bem, um pseudônimo da liberdade, é tão importante na era das redes digitais, nas quais as liberdades contingentes se expõem materializando-se digitalmente, a fim de poder jogar esse jogo (esses jogos) digital que se origina e repercute na existência contingente: a pergunta existencial “quem sou?” ou “quem somos?” se coloca como “quem sou a nível digital?”. É sempre a liberdade contingente – as liberdades contingentes, porque a contingência significa sempre pluralidade: somos sempre com outros, nunca uma subjetividade isolada e separada do mundo comum –, então é preciso perguntar: “o que e a quem eu quero mostrar ou ocultar de quem e por quê?” sendo consciente de que sua decisão, situada num determinado *jogo limpo* legal e político, pode ser objeto de um *jogo sujo* a nível pessoal, nacional ou global.

Isso não é diferente de outras situações baseadas em regras legais e morais, mas o que provoca um mal-estar atualmente é que essas regras não são objetos permanentes de deliberação política

e, sobretudo, de aceitação nacional, regional ou global. A nível das redes digitais, não somos menos “sujeitos” que a nível das redes financeiras (também) digitais e também a nível dos processos físicos e naturais, mas perceber a diferença entre *ser algo* e *ser alguém* nos mostra que há uma dimensão que nos é própria, embora quase sempre esqueçamos.

O jogo digital e existencial, ou seja, o jogo entre existir contingentemente no mundo com outro e o coisificarmos digitalmente em diferentes formas, graus, com diferentes objetivos e embasado em regras e valores novos ou tradicionais, começou recentemente. O mais importante é que os nativos digitais aprendam a jogar na diferença entre o *quem* e o *que* sou, ou seja, entre a liberdade e a coisificação ou sujeição da liberdade frente e através dos programas digitais que parecem o programa de existência, mas que, na verdade, são programas que coisificam parcialmente a liberdade existencial.

Para um adolescente, o computador ou o *smartphone* é algo que não se pode quase diferenciar de sua existência e de sua liberdade porque vê sua liberdade como liberdade de usar ou não usar esse *smartphone*. A ausência do *smartphone*, quando este se quebra ou sua bateria acaba, ou seus pais o tiram para castigá-lo, significa uma perda imediata de liberdade. O mesmo diz respeito à imersão de alguém estranho à pessoa ou ao grupo frente ao qual um adolescente decide mostrar ou ocultar algo de si; isso é visto como uma perda de sua liberdade. O quem e o que sou se identificam cada vez mais até se tornarem sinônimos. Nesse caso, a perda da liberdade a nível digital pode ter como consequência quase necessária o desejo de eliminar sua existência física, algo que é mostrado muito claramente, por exemplo, no filme *O vídeo de Benny* (*Benny's Video* – 1993), do diretor austríaco Michael Haneke, há vinte anos!

lilo

